

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 30 de junho de 2018, o passivo total atingiu R\$82 milhões (31/12/2017 - R\$90 milhões), representado, principalmente, por Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias no montante de R\$27 milhões (31/12/2017 - R\$33 milhões) e Outras Obrigações - Diversas atingiu R\$55 milhões (31/12/2017 - R\$56 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não Procurados - Grupos Encerrados.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Brasil Consórcio na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	31/12/2017		Nota	30/06/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		310.443	246.980	Passivo Circulante		78.713	86.221
Disponibilidades	4.1&4.12.c	183	48	Outras Obrigações		78.713	86.221
Títulos e Valores Mobiliários	4.3&4.12.c	305.705	239.697	Fiscais e Previdenciárias	4,8	26.905	33.096
Carteira Própria		305.705	239.697	Diversas	4,9	51.808	53.125
Outros Créditos		4.555	7.235	Passivo Exigível a Longo Prazo		2.967	3.357
Rendas a Receber		1.288	467	Outras Obrigações		2.967	3.357
Créditos Tributários	4,4	180	189	Diversas	4,9	2.967	3.357
Diversos	4,5	3.087	6.579	Patrimônio Líquido	4,11	239.757	234.315
Ativo Realizável a Longo Prazo		10.993	76.911	Capital Social:			
Títulos e Valores Mobiliários	4.3&4.12.c	1.145	66.991	De Domiciliados no País		95.349	95.349
Carteira Própria		1.145	66.991	Reservas de Capital		1.869	1.869
Outros Créditos		9.848	9.920	Reservas de Lucros		142.539	137.097
Créditos Tributários	4,4	558	634				
Diversos	4,5	9.290	9.286				
Permanente		1	2				
Imobilizado de Uso	4,6	292	2				
Outras Imobilizações de Uso		292	2				
(Depreciações Acumuladas)		(291)	(290)				
Intangível	4,7	-	-				
Outros Ativos Intangíveis		285	285				
(Amortizações Acumuladas)		(285)	(285)				
Total do Ativo		321.437	323.893	Total do Passivo		321.437	323.893

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 30 de Junho de 2017		95.349	1.869	12.106	71.041	53.950	180.365
Lucro Líquido		-	-	-	-	53.950	53.950
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	2.698	-	(2.698)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.11.c	-	-	25.626	-	(25.626)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.11.c	-	-	25.626	-	(25.626)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		95.349	1.869	14.804	122.293	-	234.315
Mutações no Exercício		-	-	2.698	51.252	-	53.950
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		95.349	1.869	14.804	122.293	-	234.315
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias		-	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	65.442	65.442
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	3.272	-	(3.272)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.11.c	-	-	-	31.085	(31.085)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.11.c	-	-	-	31.085	(31.085)	-
Saldos em 30 de Junho de 2018		95.349	1.869	18.076	124.463	-	239.757
Mutações no Período		-	-	3.272	2.170	-	5.442

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
Disponibilidade Inicial		352.814	352.814	352.814	352.814	298.582	1.351.338
Depósitos Bancários		-	-	-	-	150	689
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4,2	-	-	-	-	352.664	297.893
(+) Recursos Coletados		576.697	576.697	576.697	576.697	469.893	2.163.327
Contribuições para Aquisição de Bens		-	-	-	-	436.759	345.812
Taxa de Administração		-	-	-	-	103.022	92.156
Contribuições ao Fundo de Reserva		-	-	-	-	13.942	7.507
Rendimentos de Aplicações Financeiras		-	-	-	-	5.425	6.827
Multas e Juros Moratórios		-	-	-	-	838	562
Prêmios de Seguros		-	-	-	-	5.859	4.443
Outros		-	-	-	-	10.852	12.576
(-) Recursos Utilizados		531.876	531.876	531.876	531.876	415.651	1.511.111
Aquisição de Bens		-	-	-	-	382.577	274.815
Taxa de Administração		-	-	-	-	106.215	95.699
Multas e Juros Moratórios		-	-	-	-	415	278
Devolução de Seguros Pagos		-	-	-	-	5.857	4.374
Prêmios de Seguros Desligados		-	-	-	-	16.466	24.968
Outros		-	-	-	-	20.346	15.517
Disponibilidade Final		397.635	397.635	397.635	397.635	352.814	1.351.338
Depósitos Bancários		-	-	-	-	1.101	150
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4,2	-	-	-	-	396.534	352.664

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e nas variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. As Demonstrações dos recursos de Consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios foram elaboradas conforme a Carta Circular 3.147/04 e alterações posteriores. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos de avaliação. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 23 de agosto de 2018.

3. Principais Práticas Contábeis

1 - Administradora

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.

b) Apuração do Resultado

A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira Assembleia do Grupo para a primeira parcela e taxa de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.
(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

1.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

1.2) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

g) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

4. Outras Notas Explicativas

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de junho de 2018 e 2017, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Nos Grupos de Consórcios, estão representadas por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Circular Bacen 3.261/2004, que foi sucedida pela Circular Bacen 3.432/2009.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, a Santander Brasil Consórcio informa que no semestre findo de 30 de junho de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Santander Brasil Consórcio confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
São Paulo, 23 de agosto de 2018

Os Administradores

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2018	01/07 a 31/12/2017
Receitas da Intermediação Financeira		9.456	10.541
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		9.456	10.541
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		9.456	10.541
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		90.060	70.084
Receitas de Prestação de Serviços	4,13	118.876	101.668
Outras Despesas Administrativas	4,14	(6.714)	(6.739)
Despesas Tributárias	4,15	(17.779)	(15.001)
Outras Receitas Operacionais	4,16	523	61
Outras Despesas Operacionais	4,17	(4.846)	(10.455)
Resultado Operacional		99.516	80.625
Resultado Não Operacional		(240)	72
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		99.276	80.697
Imposto de Renda e Contribuição Social	4,18	(33.834)	(26.747)
Provisão para Imposto de Renda		(24.812)	(19.338)
Provisão para Contribuição Social		(8.937)	(7.342)
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido		(65)	(67)
Lucro Líquido		65.442	53.950
Nº de Cotas (Mil)	4,11.a	95.349	95.349
Lucro por Lote de Mil Cotas (em R\$)		686,34	565,82

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2018	01/07 a 31/12/2017
Atividades Operacionais		65.442	53.950
Lucro Líquido		1.047	1.127
Depreciações e Amortizações	4,14	1	1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		85	67
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Obrigações Legais	4,10.c	1.056	1.258
Atualização de Impostos a Compensar	4,16	(82)	(183)
Atualização de Depósitos Judiciais	4,16	(13)	(16)
Variações em Ativos e Passivos		(6.354)	(55.089)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(162)	(75.401)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		2.762	(523)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		27.433	30.534
Imposto Pago		(36.387)	(9.699)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		60.135	(12)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	4,11.b	(60.000)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 4.9)	941	932
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 4.9)	35	32
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 4.9)	-	695
Total	976	1.659

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2018			01/07 a 31/12/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	932	695	32	920	488	46
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	-	(211)	1.242	(1)	177	1.037
Atualização Monetária	9	14	2	13	30	2
Baixas por Pagamentos	-	(498)	(1.241)	-	-	(1.053)
Saldo Final	941	-	35	932	695	32

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas/despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Provisões para Riscos Fiscais

Auto de Infração (IRPJ) - a Santander Brasil Consórcio discute em processo administrativo a cobrança supostamente indevida, pela Receita Federal, de IRPJ do período de 2008, em razão de divergência nas declarações apresentadas.

Em 30 de junho de 2018, esse processo totaliza aproximadamente R\$861.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R\$802 e de natureza fiscal, totalizaram em R\$333.

4.11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 95.349 mil cotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no País.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercursos.

Os Administradores, em reunião realizada em 12 de março de 2018, aprovaram a proposta de distribuição de dividendos da Santander Brasil Consórcios, referente ao resultado auferido no exercício de 2017, no montante de R\$60.000. O pagamento foi realizado em 27 de março de 2018.

c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcio, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da sociedade.

Reserva Legal

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social.

4.12. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 2018 e 2017, não foram registradas despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 95.349 mil cotas, equivalentes a 99,99998% do capital social e participação indireta através da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. de 20 cotas, equivalentes a 0,00002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

	01/01 a		01/07 a	
	30/06/2018	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
Disponibilidades (Nota 4.1)	183	-	48	-
Banco Santander ⁽¹⁾	183	-	48	-
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ (Nota 4.3)	1.145	1.097	72.325	3.925
Banco Santander ⁽¹⁾	1.145	1.097	72.325	3.925
Rendas a Receber	782	4.097	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	782	4.097	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 4.14 e 4.17)	(299)	(5.400)	(131)	(8.611)
Banco Santander ⁽¹⁾	(299)	(5.400)	(131)	(8.611)
Despesas com Doações	-	(500)	-	-
Santander Cultural	-	(500)	-	-

⁽¹⁾ Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 4.12.b).

⁽²⁾ Composto por certificados de depósitos bancários - CDB, de emissão do Banco Santander.

ADMINISTRADORES

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

José Roberto Machado Filho

Vagner da Silva Rodrigues

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Cotistas

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2018 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2018 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

4.13. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2018	01/07 a 31/12/2017
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	111.957	100.058
Serviços Prestados a Consorciados	6.919	1.610
Total	118.876	101.668

4.14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2018	01/07 a 31/12/2017
Processamento de Dados	-	13
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.212	890
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 4.12.c)	3.960	3.379
Comunicações	77	149
Serviços do Sistema Financeiro	886	1.048
Depreciações e Amortizações	1	1
Outras	578	1.259
Total	6.714	6.739

4.15. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2018	01/07 a 31/12/2017
Despesas com Cofins	9.423	8.167
Despesas com ISS	6.331	5.084
Despesas com PIS/Pasep	2.025	1.750
Total	17.779	15.001

4.16. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/07 a 31/12/2017
Recuperação de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios ⁽¹⁾	402	383
Atualização Impostos a Compensar	82	183
Atualização de Depósitos Judiciais	13	16
Recuperação de Encargos e Despesas	26	29
Total	523	611

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda operação com seguro de quebra de garantia.

4.17. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/07 a 31/12/2017
Provisões Operacionais	-	(1)
Fiscais (Nota 4.10.c)	(211)	177
Trabalhistas (Nota 4.10.c)	1.242	1.037
Cíveis (Nota 4.10.c)	25	45
Atualização Monetária de Processos Judiciais	282	3.153
Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	1.360	723
Despesas de Registro de Contratos em Cartório	339	
Comissões	1.713	5.232
Outras	96	89
Total	4.846	10.455

4.18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2018	1/7 a 31/12/2017
Resultado antes dos Impostos	99.276	80.697

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2018	1/7 a 31/12/2017
às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(33.754)	(27.437)
Despesas Indevidáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(92)	(366)
Demais Ajustes	12	1.056
Imposto de Renda e Contribuição Social	(33.834)	(26.747)

4.19. Outras Informações

Em conformidade com a Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Brasil Consórcio aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4